

VIOLÊNCIA, GUERRAS E REPRESENTAÇÕES: A NUMISMÁTICA E O IMPÉRIO ROMANO DO SÉCULO IV

VIOLENCE, WARS AND REPRESENTATIONS: NUMISMATICS AND THE ROMAN EMPIRE IN THE 4TH C

Cláudio Umpierre Carlan*

Pós-Doutorado em História / Universidade Estadual de Campinas

Doutor em História/ Universidade Estadual de Campinas

Professora da Universidade Federal de Alfenas

E-mail: claudiocarlan@yahoo.com.br

Alfenas, Minas Gerais, Brasil

*Endereço: Cláudio Umpierre Carlan

Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências Humanas e Letras. Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Centro, Alfenas, MG – Brasil, CEP: 37130-000.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 30/05/2014. Última versão recebida em 19/06/2014. Aprovado em 20/06/2014.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

RESUMO

Durante os séculos III, IV e V, o mundo romano sofreu uma série de reformas administrativas, políticas, sociais, militares, econômicas e religiosas, numa tentativa de salvar e modernizar o império. Além do perigo sassânida no Oriente e das invasões germânicas no Ocidente, havia o medo das sublevações. Analisaremos e identificaremos as fontes numismáticas da coleção existente no Museu Histórico Nacional (MHN), Rio de Janeiro, o maior espólio de moedas da América Latina, com mais de 130 mil peças das mais variadas regiões, tido como importante patrimônio e acervo arqueológico brasileiros ainda pouco explorado.

Palavras-Chaves: Moeda. Poder. Arqueologia. Cultura Material.

ABSTRACT

During the 3rd, 4th and 5th c. the Roman world experienced a series of administrative, political, social, military, economic and religious reforms, aiming at safeguarding and modernizing the Roman Empire. We study coins at the National Historical Museum in Rio de Janeiro, the largest numismatic collection in Latin America, including 130,000 coins from a variety of places. This rich Brazilian treasure is still underexplored.

Keywords: Coins. Power. Archaeology. Material culture.

1 INTRODUÇÃO

Com a morte do Imperador Alexandre Severo, assassinado por seus soldados no ano de 235, tem início, em Roma, um período conhecido como a crise do século III. A crise atinge todos os níveis do Império político, social e econômico, produzindo uma forte pressão dos povos germânicos.

Houve um primeiro momento, chamado de Anarquia Militar (235 – 268), em os imperadores eram nomeados por seus soldados, sendo assassinados logo depois. Alguns chegaram a governar poucos dias. As legiões nomeavam seus generais como imperadores, na esperança de receber uma recompensa. Cada legião, cada exército era fiel ao seu comandante. Quando o comandante não fazia o prometido era assassinado por seus subordinados.

A outra fase é dos Imperadores Ilírios (268 – 284), caracterizada por um grupo de governantes, originários da Ilíria (atual Europa Oriental, perto da Albânia). Na tentativa de resolver os problemas socioeconômicos criados durante a Anarquia Militar, eles tentaram realizar uma série de reformas.

Após o assassinato do imperador Numeriano (283-284), *Caius Aurelius Valerius Diocles Diocletianus*, Diocleciano (245 – 313), nascido perto de Salona (hoje Split ou Spalato, cidade e porto da Croácia) foi proclamado imperador por seus soldados. Seu pai era um liberto (ex-escravo) da Dalmácia (litoral da Croácia). Para evitar um fim igual ao de seus antecessores, tratou de apoiar-se em elementos de sua confiança e do mesmo mundo social.

Com Diocleciano, tem início um dos programas de reformas mais importantes da História Romana, ou seja, o advento da restauração do Império. O Estado foi transformado em uma monarquia absoluta, em que o imperador possuía a autoridade máxima, baseada na escravidão, na servidão dos camponeses livres, na burocracia estatal (funcionários públicos) e no exército. Como modelo, Diocleciano copiou as monarquias orientais, nas quais tudo o que cercava o rei era considerado sagrado.

2 DA DIARQUIA À TETRARQUIA

No ano de 286, Diocleciano inicia uma série de reformas que, por algum tempo, restaura a ordem. Inicialmente, é instalada uma *diarquia* (governo de dois), ao lado de Maximiano (285/286-305), amigo pessoal e colega de armas.

O sistema de diarquia é ampliado para tetrarquia. Para evitar futuras revoltas, escolhe elementos da mesma origem e camada social: Galério (305-311), seu adjunto, guardara gado

nos Cárpatos; Maximiano, antigo colega de armas; Constâncio Cloro, ajudante de armas de Maximiano. Eles e seus sucessores escolheram auxiliares de passado idêntico.

A idéia original de Diocleciano partia do princípio de que o Império era muito grande para uma só pessoa governar. Então, ele teve o bom senso de dividir o território, entre pessoas de sua confiança criando, assim, a tetrarquia. Nessa mesma idéia, ele achava que ninguém podia ficar eternamente no poder. Então, criou meios para que o seu governo e de Maximiano tivessem um fim. Assim, no sistema da Tetrarquia, os imperadores principais, *Augusti*, só poderiam governar durante 20 anos. Ao término desse tempo, o poder era passado aos seus auxiliares, os *Césares*. Esses, por sua vez, passariam à função de Augustus e escolheriam outros dois Césares.

Aliado a esses fatos, ocorre uma inversão do eixo político. Roma passou para um segundo plano após a oficialização das novas capitais: Aquilea e Tréveres (Trier, atual Alemanha), no ocidente, Sírmio e Nicomédia (Iznit, atual Turquia) no oriente.

Essa suposta divisão do poder, por que Diocleciano continuou sendo o *Augustus* com maior prestígio, produziu uma série de resultados satisfatórios.

Em 297, Galério, no baixo Danúbio, expulsa os godos. No ano seguinte, consegue uma importante vitória contra os persas sassânidas, ampliando a fronteira romana para o Curdistão. Diocleciano massacrrou uma revolta em Alexandria, derrotando o usurpador Domicio Domiciano; Constâncio I, ou Cloro recuperou a Bretanha das mãos de Alecto (outro usurpador); e Maximiano pôs fim a uma rebelião na Maurítânia.

Os tetrarcas tentavam demonstrar à população que os tempos do Principado, ou seja, do apogeu do Império, estavam de volta. Não apenas uma nova ordem, mas o retorno à antiga. Num período de crises e revoltas, a união e amizade entre os governantes eram fundamentais para estabilidade de Roma. Foram realizadas uma série de monumentos, no qual essa união é evidente. Essas obras serviam como uma espécie de propaganda política da época.

Diocleciano permitiu a recuperação da agricultura, do comércio, do artesanato, continuando uma necessária reforma administrativa iniciada pelo Imperador Probo (232-282), dividindo o Império em 96 províncias, que se reuniam em 12 dioceses (regiões); importantes mudanças fiscais e monetárias; revitalizou, ou tentou revitalizar, a antiga religião romana.

Começam a surgir questões em que aparecem os excessos de arbitrariedade por parte de Diocleciano: a reformulação da *annona*, imposto sobre a produção agrícola anual, fortalecimento das classes dos *curiales* (habitantes do mesmo povoado); e fixação dos agricultores, colonos ou arrendatários sobre as terras que cultivassem, proibindo-lhes abandoná-las. Os trabalhadores urbanos deveriam permanecer em suas profissões,

transmitindo-as a seus descendentes. Instituiu-se, assim, um sistema de classes até então desconhecido em Roma, com o objetivo de manter imobilizada a estrutura econômica do Império. A profissão tornou-se hereditária, passando de pai para filho.

Durante o governo de Diocleciano, foi realizada uma série de reformas militares e econômicas, dando um cuidado especial ao comércio, peça essencial para o controle do Império. Desde os tempos mais remotos, o abastecimento da cidade de Roma era uma regra a ser seguida por todos os imperadores.

2.1 Exército Romano durante o século IV

Sucedendo a um longo período de crise e anarquia militar, tais imperadores procuraram realizar as mais variadas reformas administrativas. A energia dos governantes ilírios livrou o império da invasão e da revolução anárquica. O mais dotado para a administração, Diocleciano, estendeu e retomou essas medidas durante, pelo menos, uma dezena de anos, antes de sistematizar uma obra que foi, ainda, completada por Constantino.

Os perigos externos, tanto dos povos “bárbaros” como dos persas sassânidas, eram uma das principais preocupações dessa época. Mas não podemos esquecer que a função do exército, mais do que se defender de ataques externos ao Império consistia em reprimir a dissidência interna, pois era sua presença que garantia o poder romano no interior das fronteiras do Império (FUNARI, 2002, p. 93).

Na tentativa de restaurar as fronteiras, Diocleciano cria 12 dioceses, dirigida por um vigário, ligadas, politicamente, a quatro prefeitos pretorianos, encarregados da parte militar; e quatro governantes, responsáveis pela administração. Assim, o imperador consegue facilitar o sistema de defesa, reduzindo a gravidade da “guerra em duas frentes”.

O efetivo do exército aumenta de 450 para 500 mil soldados e as legiões são compostas por 5 mil legionários (FERRIL, 1989, p. 36). Ocorre uma variação tática: são incorporados lanceiros de cavalaria, *lanciarri*; companheiros, *comites*; infantes, *ioviani* e *herculiani*.

Segundo Zózimo, Constantino retira essas forças fronteiriças, ampliando o exército móvel para 10 mil elementos, enfraquecendo a já debilitada posição (ZOSIME, 1971, p. 112). Os tamanhos do exército móveis são desconhecidos, mas a estimativa é de 110 a 120 mil homens, sem incluir a África. Boa parte dessas tropas era composta por povos germânicos,

chefiados pelos comandantes provinciais, os *duces*, subordinados ao general tarimbeiro, *comes*.¹

Constantino também reduz o número das legiões para mil legionários, dissolve os pretorianos, mantém a logística Diocleciana de taxaço em espécie. São criados os guardas imperiais especiais, *scholae palatinae*.

As tropas romanas atravessaram o Reno e o Danúbio, ao longo de cujos cursos se reconstruía uma sólida defesa. As melhores representaçoes das numárias romanas sobre as fortificaçoes são, respectivamente, as de Constantino, portas de Trèves (Trier) contidas nas moedas de um sólido, e a de seu filho e sucessor, Constâncio II.

Na coleço numismática do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, encontramos variedades de moedas que reproduzem a imagem de uma fortaleza ou campo militar. Essas fortalezas teriam de ser solidamente construías, mas não fortemente defendidas, para evitar a perda de efetivo.

Com a evoluço da situaço política, fica praticamente impossível para o exército romano manter a ofensiva. Para isso, os imperadores tratam de fortificar as cidades, aumentando o número de soldados e reserva de defesa. Mudando a organizaço interna das legiões, nos períodos anteriores o aumento de efetivo ocorria apenas durante as campanhas. No século IV, cada vez mais os mercenários bárbaros são incorporados ao exército romano (DEPEYROT, 1987, p. 44).

A Mesopotâmia é reconquistada e o Império Sassânida é obrigado a ceder territórios além-Tigre. No Oriente, Roma nunca avançara tão longe. Como exemplo, podemos citar os combates travados entre Constâncio II e Sapor II, nos quais o Imperador Romano obteve os mais variados resultados.

Tais combates estão representados nas moedas existentes nos lotes de números 26 e 27 do Museu Histórico Nacional, na qual aparece a figura de Constâncio, à esquerda de quem observa, de armadura, a cavalo, derrotando um inimigo, que aparece de joelhos, com os braços levantados, como se estivesse suplicando misericórdia.

Apesar de a moeda estar um pouco deteriorada pelo tempo, nota-se, que a imagem central do imperador romano — que é o centro do poder — sempre aparece maior que a do persa. Através da análise desse pequeno objeto de bronze, cujo diâmetro é de 2,5mm, e o peso, de pouco mais de 4 gramas, podemos destacar também a crescente importância da cavalaria, representada aqui pela personificação de Constâncio.

¹ Ironicamente em inglês um Duque, *dux* no singular, supera a hierarquia de um conde, *comes*.

A riqueza iconográfica dessa fase é muito bem representada nas medalhas e moedas romanas, ocorrendo uma exaltação à pessoa, na figura do monarca, da própria política real (NIETO SORIA, 1993), uma espécie de propaganda, de comunicação, de que todos os habitantes do vasto Império Romano tomariam conhecimento, através da visualização das peças, legitimando o poder temporal. Isto também explica as várias cidades, espalhadas por todo o território, no qual a cunhagem era realizada.

A experiência vinha provando quão insuficiente era o antigo exército, bem como sua inadaptação às novas condições da guerra agora impostas pelos adversários. Assim sendo, o exército foi aumentado e, ao mesmo tempo, alterada a sua estrutura. O ideal romano continua sendo o do Estado estabilizado, visando à proteção da totalidade do território.

Depois das lutas vencidas pelo então César Juliano, restabelecendo as fronteiras ao longo do Reno e do Danúbio contra os alamanos, começa a ser realizada uma obra sistemática e de suma importância, sobretudo no tempo de Valentiniano I. Sem voltar ao método dos entrenchamentos contínuos, multiplicam-se, em relação às estradas e os rios, as torres, os fortins, os castelos e os campos, seguindo uma técnica, que o contato com os persas torna mais apurada: padrões orientais são transferidos para o Ocidente. Do mesmo modo, mantêm-se e aperfeiçoam-se as muralhas urbanas perante os bárbaros, dotados de rudimentares técnicas bélicas de assédio, as cidades constituem redutos quase inexpugnáveis.

O próprio equipamento individual começa a sofrer mutações que, desde o final do século III, já mostram indícios dos aparatos dos futuros cavaleiros medievais (BROWN, 1972). Os soldados, que desde o governo de Septímio Severo podem contrair matrimônio, recebem terras nas fronteiras para auxiliar em sua defesa. O princípio da hereditariedade na profissão paterna aplica-se de maneira rigorosa no exército.

Outra questão importante é a chamada “barbarização” do império. Os numerosos cativos e grupos étnicos que pedem asilo são instalados em território romano, a fim de repovoar e recultivar regiões em que a mão de obra é rara. Trata-se dos chamados letos ou gentios, que a administração deve manter sob vigilância, e cujos filhos são agora obrigados, como filhos de soldados, a entrarem no exército. Outros gozam do regime de federados e fornecem contingentes organizados à sua maneira, comandados pelos seus chefes.

Os efetivos da cavalaria aumentam muito, porque a mobilidade torna-se a principal estratégia militar, como na batalha de Andrianópolis, em 378, ganha por uma carga de cavaleiros godos, a qual Ferril afirmou ter sido precursora das táticas medievais (FERRIL, 1989).

Havia também o choque, egoísmo ou até mesmo rivalidade entre os conselheiros, de seus “escritórios” burocráticos, e, às vezes, entre as populações. A ação militar, que pressupõe unidade de comando, estava cindida, retardada ou precipitada, por ignorância ou mesquinha da parte de homens desejosos de triunfar sozinhos. Valente deu combate aos godos, seguindo o conselho do seu comandante-em-chefe, Sebastiano, diante de Andrinópolis, sem esperar a chegada do outro Augusto, que lhe levava reforços.

Durante esse período, os imperadores empenham-se em anular o privilégio de sangue, ou seja, os antigos líderes senatoriais são afastados dos comandos das legiões; o que Constantino consegue durante o seu governo, separando as funções civis das militares.

A principal conquista social do século III mantém-se no século IV, isto é, a atribuição dos postos e a própria promoção baseadas apenas no mérito. Essa mudança foi influenciada principalmente pela necessidade de ser mantida a ordem política, pois se temia que a ambição da classe senatorial incentivasse a tropa contra o governante. Isso leva Constâncio II a nomear apenas um único oficial para o comando da infantaria e da cavalaria, no Oriente, o *Magister Equitum et Peditum Per Orientem*.

Os imperadores continuam sendo aclamados pelas tropas e, no século IV, se não levam seus deveres militares a sério, seu poder é efêmero. Muitas vezes, como nos casos de Juliano e Valentiniano I, devem a proclamação às provas previamente dadas de seu valor militar e não se afastam do exército, participam das expedições e arriscam a vida, no caso de Juliano contra os persas, perdendo-a.

No ano de 350, quando Magnêncio é aclamado imperador, Constâncio leva um rei alamanco a atravessar o Reno, numa manobra para despistar as tropas do usurpador, que iria tentar a sorte na Panônia (atual Hungria ocidental) e na Itália. As dificuldades tendem a aumentar quando todo o nordeste da Gália é invadido. Constâncio é obrigado a associar seu primo Galo ao poder, na função de César. Alguns anos mais tarde, Galo seria acusado de traição e condenado à morte, numa intriga palaciana realizada pelo eunuco Eusébio, que exercia grande influência sobre as decisões do imperador.

Mas, apesar das alterações administrativas, reformas militares, fortificações das cidades, o inimigo figadal dos romanos continuava a ser Sapor II.

2.2 Sassânidas e Romano: as potências rivais.

A dinastia Sassânida (224-651)² foi um constante tormento para Roma. Sapor I, o segundo rei persa dessa dinastia, já havia empreendido várias campanhas muitas bem sucedidas contra as legiões romanas entre os anos de 241 e 250. Valeriano não foi capaz de fazer frente ao seu avanço e, em 259, foi capturado e feito prisioneiro, desastre sem precedentes nos anais romanos. Sapor celebrou com uma monumental escultura em relevo na parede do penhasco em *Nagsh-i Rostam*, próximo a Persépolis.

Sapor II³, ainda muito jovem, foi proclamado rei pelos nobres, após a deposição do seu irmão Adanarses. Seu outro irmão, Hormisda, fugiu para o lado dos romanos em 324.⁴ Durante sua longa menoridade houve paz com Roma. Mas em 336 a guerra novamente estourou causada pelo controle da Armênia⁵ e, a partir daí, durante todo o período do seu reinado, houve guerra em quase todas as estações climáticas adequadas às campanhas, sendo que nenhum dos lados foi completamente vitorioso.

Os objetivos principais de Sapor eram a recuperação da Mesopotâmia, conquistada por Galério, e da Armênia. Os pontos culminantes dessa luta foram: os três cercos de Nísibis (338, 346 e 350); a sangrenta batalha de Singara, em 348, de resultado pouco decisivo; o ataque persa a Amida em 359⁶.

Nos anos de 362-363, Juliano desloca um grande quantitativo militar, aproximadamente 70 mil homens (DEPEYROT, 1987), para Antioquia, visando invadir o Império Persa. Segundo Zózimo (ZOSIME, 1979) e Amiano Marcelino (AMMIEN MARCELLIN, 1977), a cada vitória importante o imperador premiavam cada soldado com 100 ou até mesmo 130 moedas de prata (*argentus*).

A estratégia de Juliano consistia em desviar o exército principal de Sapor II por uma invasão fingida do Norte da Assíria, para então atacar rapidamente Ctesifonte, antes que o rei pudesse voltar e manobrar suas forças. O plano fracassou face à resistência de cidades

² Assim chamada em homenagem a Sassan, antepassado lendário do primeiro rei Aldachir I.

³ Neto de Narses ou Narseu, derrotado pelo tetrarca Galério, em 298. Quando o exército romano marchou sobre Ctesifonte, capital persa, Narses foi obrigado a implorar pela paz e a liberação de sua família.

⁴ Durante o reinado de Constâncio II foi comandante de cavalaria, acompanhado-o a Roma em 357. Foi general durante a expedição de Juliano em 363.

⁵ Sapor I e Narses também entraram em guerra contra Roma pelo mesmo motivo.

⁶ Situada junto ao Tigre, ponto defensivo básico do Norte da Mesopotâmia e das satrapias controladas pelos romanos até *Corduene* (Curdistão). Cerca e capturada pelos persas em 359.

fortificadas como Pisisabora e a guarnição próxima de Besouchis, e à disposição dos persas para obstruírem a passagem de Juliano por meio de uma inundação provocada. Essa alteração nos cursos dos rios, complexo sistemas de canais, deixou um grande número de cidades em ruínas e sem água.

Juliano conseguiu chegar a Ctesifonte, mas, perante a ameaça da aproximação do exército de Sapor, abandonou qualquer tentativa de conquistar a cidade, queimou a enorme frota que o havia abastecido pelo Eufrates, mas que, agora, era um estorvo, e dirigiu-se para o norte, sob ataque constante dos persas, até ser morto numa escaramuça.

Seu sucessor, Joviano, proclamado pelas legiões na Mesopotâmia, durante o fracasso da invasão, foi obrigado a ceder territórios ao Norte da Mesopotâmia, incluindo cinco satrapias ao longo do Tigre Superior e todas as terras a leste de Nísibis e Singara. Só assim conseguiu assegurar a saída do exército romano do território sassânida.

Os anos seguintes tanto romanos quanto persas terão objetivos, ou melhor, novos problemas para se preocuparem. Roma, cada vez mais debilitada, tendo seu exército influenciado pelos comandantes germânicos, não conseguindo evitar o saque de Alarico, em 410, e a deposição do último imperador, Rômulo Augústulo, por Odoacro em 476.

Os sassânidas esperariam mais dois séculos para serem aniquilados pelos invasores árabes do século VII.

2.3 A Revolução Econômica

Na economia, podemos destacar a iniciativa dos tetrarcas em deter a inflação. A mais conhecida foi o Edito de Preços (*Edictum Diocletiani et Collegarum de praetiis rerum venalium*), numa tentativa de estabelecer o preço máximo e mínimo, entre os diversos bens básicos e salários (inclusive na prostituição). Em outras palavras, uma espécie de congelamento de preços e salários, ainda muito em voga pela nossa tradicional classe política. Como hoje, não forneceu resultados favoráveis, estimulando o contrabando e a corrupção.

Figura 1 – Acervo do Museu Histórico Nacional / Rio de Janeiro



Foto: Cláudio Umpierre Carlan, julho de 2005.

Antoninianus de Diocleciano, cunhado entre de 297 e 298, em Antioquia. Anverso, IMP C C VAL DIOCLETIANVS PF AVG, busto radiado e encouraçado (armadura). No reverso, CONCORDIA MILITVM, imperador em pé, voltado para direita, com uniforme militar, tendo na mão esquerda *paragonium*, recebendo um globo, encimado pela deusa Vitória, das mão de Júpiter. A *concordia*, divindade feminina, protetora da vida social e moral em Roma.

Inicialmente, *antoninianus*, criado durante governo de Caracala (215), era cunhado em prata. Com a reforma monetária de Diocleciano, demais tetrarcas, passou a cunhagem em bronze. O nome *antoninianus* é uma designação moderna, em homenagem a Caracala (Marco Aurélio Antoniniano). Os numismatas preferem a nomeclatura de *radiado* (por causa da coroa radiada). Infelizmente, não existem relatos sobre nome desse padrão monetário entre os romanos.

De uma maneira em geral, essas emissões eram realizadas para pagamento de legionários.

2.4 A tetrarquia e a religião

No campo religioso, o sonho de Diocleciano era retornar aos bons tempos do Principado (séculos I e II). Para isso, era necessário que as divindades romanas (Júpiter, Juno, Marte entre outros) fossem cultuadas novamente.

No governo de Décio (imperador de 249 a 251), ocorreu uma grande perseguição aos cristãos. Nesse período, o império vivia uma grave crise militar, e o Imperador necessitava reafirmar a tradicional lealdade aos deuses. O Estado não poderia permitir um grupo que não aceitasse ou não fizesse parte dessa política. As pessoas que viviam no império tinham que fazer sacrifício para essas divindades.

Esse período de turbulência foi de suma importância para a Igreja Cristã, pois seu papel de evangelização cresceu nas províncias orientais do Império e em algumas zonas ocidentais do Mediterrâneo. Foram 50 anos de paz e prosperidade para os cristãos, até que Diocleciano, durante o seu governo, organizou a última perseguição a eles (303-313), pondo fim nessa suposta felicidade; uma mudança brusca, acerca da qual a maioria dos historiadores tem uma explicação pessoal, não sendo o nosso objetivo discutir as várias correntes que analisaram esse período, ficaremos com a tradição cristã, segundo a qual Diocleciano cedeu às insistências de seu genro e César, Galério, segundo Lactâncio. Galério, como desculpa, acusou os cristãos de colocarem fogo no palácio imperial em Nicomédia.

O primeiro edito de perseguição, datado do dia 23 de fevereiro de 303, ordenava o fechamento das igrejas, a entrega das escrituras e uma ordem ao clero que fossem feitos sacrifícios aos deuses. Até esse momento, só foram afetadas as autoridades eclesiásticas, mas outro edito estendeu a obrigação do sacrifício a toda a comunidade cristã. Com a recusa dos cristãos, as autoridades militares fizeram cumprir as ordens imperiais.

Em alguns locais, como no Ocidente governado por Maximiano, ou nas regiões sob autoridade de Constâncio I ou Cloro, pai de Constantino, a perseguição foi mais branda. Constâncio Cloro, por exemplo, multava os cristãos em um valor simbólico. Apenas para cumprir a ordem imperial, já que o valor da multa não era estipulado pelo Império. Maximiano obrigava os cristãos a entrarem no Templo de Júpiter, chegando a ponto de muitos serem carregados nos braços pelos legionários romanos, sem violência física. Uma vez lá dentro, eram libertados. Cumpriam as ordens, mas não diziam como.

No Oriente, entretanto, a perseguição foi mais violenta. A esposa e filha de Diocleciano, Prisca e Valéria, cristãs convictas, morreram na última fase da perseguição.

Passados os 20 anos de governo, os candidatos a César foram pré-escolhidos por Diocleciano. O ano 305 marcou o final da primeira tetrarquia com a renúncia dos *Augusti* Diocleciano e Maximiano. Dessa forma, os dois *césares* ascenderam à categoria de *Augustus*, e dois oficiais ilírios foram nomeados seus auxiliares. A segunda tetrarquia ficou formada com Constâncio Cloro e Severo II (ou Severo Augusto), no ocidente; Galério e Maximino Daia (ou Daza), sobrinho de Galério, no oriente.

2.5 A sucessão da Tetrarquia, nova guerra civil

O grande problema criado por essa ordem de sucessão era a situação dos filhos, legítimos ou não, dos governantes. Constantino, filho de Constâncio Cloro e Helena, (mais

tarde Santa Helena), e Maxêncio (filho de Maximiano) não aceitaram ser afastados do poder. O próprio Maximiano não aceitou o afastamento, retornando, em 306, ao cenário político.

Constâncio Cloro adoeceu durante uma expedição contra os pictos na Calcedônia, morrendo no ano de 306. Constantino se encontrava a seu lado em *Eboracum* (atual York). Seu general, Croco, de origem germânica, e as tropas leais a seu pai, proclamaram-no imperador. Simultaneamente, o *César* ocidental, Severo, era proclamado *augustus* por Galério.

Nesse mesmo ano, em Roma, Maxêncio era também proclamado imperador, e Maximiano retornava à vida pública, reclamando o título imperial. O primeiro a cair foi Severo, traído por suas tropas, enquanto Constantino e Maximiano realizaram uma aliança. Ao final de 307 havia quatro *augusti* - Constantino, Maximiano, Galério, Maxêncio - e um *César*, Maximino Daia, iniciando uma verdadeira guerra civil.

2.6 Fim da Segunda Tetrarquia, desdobramento da guerra civil

Apesar da mediação de Diocleciano, ao final de 310, a situação estava ainda mais confusa, com 7 imperadores: Constantino, Galério, Maximiano, Maxêncio, Maximino, Licínio (introduzido na disputa por Diocleciano), e Domicio Alexandre (auto proclamado *Augustus*, na África). Aos poucos, começam a desaparecer alguns candidatos: Domicio é assassinado por ordem de Maxêncio, Galério morreu de causas naturais e Maximiano *suicidou-se* devido a pressões políticas de Constantino.

Diocleciano ficou apenas observando o fim do sistema político que ajudou a criar. Foi chamado várias vezes para retornar ao poder, mas sempre recusou. Viveu os últimos anos de sua vida só, em sua propriedade, na atual Croácia, dedicando-se ao cultivo da uva e vegetais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a crise do século III, os germânicos começam a invadir as fronteiras do Império, procurando novas terras. Os imperadores do período aceitaram pacificamente esses povos, porém, precisavam trabalhar como colonos, exercendo a função de vigilantes de fronteira. Uma força militar própria e praticamente independente, comandada por seus chefes.

Aos poucos, começam a ser assimilados ao exército romano. Seus comandantes chegam a atingir as mais altas funções dentro do Império. Muitos até controlam o imperador.

Nesse sentido, as reformas realizadas pelos tetrarcas, a fim de salvar o império da derrocada iminente, surtiram efeito. Diocleciano tinha três objetivos: fortalecer seu poder, reformar os métodos de governo e regenerar o exército. Para isso, promoveu reformas na administração e no recrutamento militar, aumentando o efetivo militar permanente de 350.000 para algo em torno de 400 a 500 mil homens.

Organizou o Dominato, ou seja, uma monarquia despótica e militar, de tipo helenístico. Sob a influência de ideias orientais, o *Princeps* converteu-se em *Dominus*, isto é, em amo ou governante absoluto à frente de uma grande burocracia.

Diocleciano foi o primeiro imperador a abandonar Roma, como capital, exercendo o governo a partir da cidade grega de Nicomédia, na Ásia Menor (Turquia).

O Império foi dividido em quatro regiões administrativas. Em 293, cada governante escolheu um sucessor: Diocleciano apontou Galério e Maximiano, Constâncio Cloro. A partir de então, passaram a existir quatro imperadores, dois deles com o título de Augusto (*augustus*) e dois com o título de César (*caesar*). Constâncio Cloro e Galério foram proclamados Césares. Os césares eram chefes militares capazes de governar e proteger o império, adotados como filhos pelos Augustos, a quem sucederiam em caso de morte, incapacidade provocada pela velhice ou decorridos vinte anos de seus governos.

O descontentamento dos outros herdeiros, como Constantino e Maxêncio, levou o Império a uma nova Guerra Civil.

O imperador tornava-se "senhor e deus" e todos que eram admitidos em sua presença eram obrigados a ajoelhar-se e beijar-lhes a ponta do manto real. Extinguiu-se, com isso, o principado romano: os civis haviam sido derrotados pelos militares, e o Senado eclipsado por uma nobreza burocrática.

Um dos pontos principais das reformas que precisamos destacar é o colonato. Nesse sistema, o trabalhador rural, colono, fica preso à terra. Não é um escravo, mas também não é um trabalhador livre. Deve uma série de obrigações ao proprietário da terra. Ele paga uma espécie de arrendamento pelo uso de tudo que compõe a propriedade: terra, água, ferramentas. Em troca, o proprietário deixa que o colono fique com uma parte da produção e o protege dos invasores, salteadores.

Com isso, pequenos proprietários vendem sua propriedade em troca da proteção de um *grande senhor*. Trata-se do início da servidão feudal, que vigorou por boa parte da Europa Ocidental durante a Idade Média.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas da Universidade de Lisboa e da Faculdade Santo Agostinho, pela oportunidade de trocarmos ideias; a Pedro Paulo Funari, Carlos Fabião, Amílcar Guerra, Margarida Maria de Carvalho, André Leonardo Chevitarese, Maria Regina Cândido, Maria Beatriz Florenzano, Ciro Flamarion Santana Cardoso, Vera Lúcia Tostes, Rejane Vieira, Eliane Rose Nery e Paula Aranha. Menciona-se, ainda, o apoio institucional da Universidade Federal de Alfenas e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

FONTES NUMISMÁTICAS

Moedas dos imperadores Diocleciano, Maximiano, Constantino, Constâncio II. Medalheiro de Número 3, gavetas 24, 25, 26; lâminas de 1 a 6. Acervo do Museu Histórico Nacional / RJ.

REFERÊNCIAS

AMMIEN MARCELLIN. **Histoire**. 24. 3.éd. Paris: J. Fontaine, 1977.

BASTIEN, P. HUVELIN, H. **Trouville de Folles de la Période Constantienne** (307-317). Belgique: Éditions Cultura Wetteren, 1969.

BRUUN, P. **Studies in Constantinian Numismatics**, Papers from 1954 to 1988. Acta Instituti Romani Finlandiae. V. 12. Rome: Illus, 1991.

BROWN, P. **O Fim do Mundo Clássico**. De Marco Aurélio a Maomé. Tradução de Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

CARLAN, C. U. **Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação**. São Paulo: Annablume, 2013.

CARLAN, C. U. et al. (orgs). *História Militar do Mundo Antigo*. Guerras e Culturas. Volume 3. São Paulo: Annablume, 2012.

CARVALHO, M. M. et al. (orgs). **História Militar do Mundo Antigo**. Guerras e Representações. Volume 2. São Paulo: Annablume, 2012.

DEPEYROT, G. **Economie et Numismatique (284-491)**. Paris: Errance, 1987.

FERRIL, A. **A Queda do Império Romano**. A explicação militar. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FUNARI, P. P. A. **Grécia e Roma**. Vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia. Amor e sexualidade. São Paulo: Contexto, 2002.

FUNARI, P. P. A.; CARLAN, C. U. **Arqueologia Clássica e Numismática**. Coleção Textos Didáticos n. 62. Campinas: IFCH / UNICAMP, 2007.

FUNARI, P. P. A. et al. (orgs). **História Militar do Mundo Antigo**. Volume 1. São Paulo: Annablume, 2012.

LACTÂNCIO. **De Mortibus Persecutorum**. Paris: Ed. J. Moreau, 1954.

REMESAL RODRÍGUEZ, J. Military Supply During Wartime. *In: The Transformation of Economic Life under the Roman Empire*. Proceedings of the second workshop of the international network Impact of Empire. Roman Empire, c. 200 B.C. – A.D. 476. Edited Lukas de Blois & John Rich. Amsterdam: J.C. Gieben, Publisher, 2002.

THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. Edited by Harold Mattingly, C.H.V. Sutherland, R.A.G. Carson. V. VIII. London : Spink and Sons Ltda, 1983.

VEGÉCIO. **A Arte Militar**. Introdução de Paulo Matos Peixoto. Tradução brasileira de Gilson César Cardoso de Souza. 1ª ed. São Paulo: Editora PAUMAPE S.A., 1995.

ZÓSIME. **Histoire Nouvelle**. III. 18. éd. Paris: F. Paschoud, 1979.